

**ATENÇÃO:** Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 23 de Setembro de 2001, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

**Prova Objetiva - II EXAME DE ORDEM / 2001**  
**26.8.01**

**ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB**

**SITUAÇÃO PROBLEMA:**

A esposa decide acabar com o casamento que estava desgastado em face da infidelidade do varão. Ela, arquiteta, de bom nível social e profissional. Ele, serventuário de justiça, com nível superior, porém, uma pessoa sem princípios. No ato derradeiro do casamento, o varão, agride fisicamente a esposa que volta para a casa dos pais. Inescrupulosamente o varão, depois de várias ameaças contra a esposa, ingressa com Ação de Separação Litigiosa em uma Vara, cuja juíza, suspeita-se seja sua amante. Alega que não há filhos e que o apartamento em que o casal vivia não deve ser partilhado porque houvera sido adquirido antes do casamento e que o único bem existente é um carro semi-novo, importado, que se encontra em nome da esposa. Ação de Separação não foi cumulada com uma Ação Cautelar de busca e apreensão, e esta também inexistiu preparatoriamente ou incidentalmente. Embora o varão soubesse que o carro não pode ser partilhado porque é bem dotal, como forma de vingança pirracenta, ingressa com um pedido simples de busca e apreensão do veículo que é, irregularmente, deferido pela juíza “amante”. Mesmo sem haver *fumus boni iures* ou *periculum in mora* a esposa passa pelo vexame de ver seu carro apreendido pela polícia na saída do ateliê em que exerce sua profissão, consequência de um ato teratológico que viola o princípio do devido processo legal.

1. Pode-se afirmar que:

I - O varão poderia assinar a petição sozinho;

II - Que o advogado que exerceu o “jus postulandi” patrocinando o varão sabedor da trama urdida, estaria incurso no § único, do art. 32, do Estatuto - “Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.”, caso ela viesse a ser descoberta;

III - Caso o advogado recusasse o patrocínio da causa do varão, ele estaria fazendo prevalecer o seu ministério privado sobre a função pública, se a recusa fosse em face da imoralidade da pretensão quanto a partilha do carro e sua apreensão por ser abuso de autoridade;

IV - O advogado do varão ao obter a ajuda da juíza “amante” infringiu a letra “a”, do inciso VIII, do art. 2º, do Código de Ética e Disciplina - “utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente.”

- (a) todas as respostas estão certas ;
- (b) todas as respostas estão erradas;
- (c) somente os itens “I” e “III” estão certos;
- (d) somente os itens “II” e “IV” estão certos.

1. Pode-se afirmar que:

I - Na hipótese do advogado ter assinado a petição do varão tendo sido redigida por este, teria infringido a dicção do inciso V, do art. 34, do Estatuto - “assinar qualquer escrito destinado a processo judicial ou para fim extrajudicial que não tenha feito, ou em que não tenha colaborado”;

II - Considerando que a hipótese acima seja verdade, a sanção a que o advogado estaria sujeito é a prevista no art. 37, inciso II, do Estatuto - “reincidência em infração disciplinar.”, levando-se em conta que o causídico não tem antecedentes disciplinares;

III - Como o processo é um meio de se ampliar os conflitos na visão de CHIOVENDA, o advogado ao assinar a petição sem tê-la elaborado, não cometeu nenhum ato passível de sanção disciplinar;

IV - Se o patrono do varão fosse procurado pela esposa para patrocinar o seu interesse na fase litigiosa do processo deveria recusar pôr analogia ao teor do art. 18, do Código de Ética, e, até porque o art. 355 do CP é

claro em enquadrar a tergiversação como crime - “Advogar para Autor e Réu no mesmo processo em que haja interesses conflitantes.”

- (a) todas as respostas estão certas ;
- (b) todas as respostas estão erradas;
- (c) somente os itens “II” e “IV” estão certos;
- (d) nenhuma das três alternativas acima está correta.

1. Ainda com base no problema, assinale a alternativa correta, considerando que o advogado da esposa ao saber de fatos que comprovam ter o varão “vendido” sentenças da juíza “amante”:

- a O advogado não pode utilizar essa informação;
- b O advogado pode utilizar essa informação só no processo promovido contra a juíza “amante”;
- c O advogado somente poderá utilizar essa informação na defesa do processo de reparação para pleitear a nulidade do ato que apreendeu o carro por ser teratológico e além disso, determinado por juíza suspeita;
- d Idem a alternativa acima, contudo, desde que, a esposa cliente concorde.

1. Ainda levando em consideração o problema acima, assinale a alternativa errada, tomando por base o fato de que o advogado do varão é empregado deste em um escritório de cobrança:

- a O parágrafo único, do art. 18 do Estatuto - “O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.”, poderia ter sido utilizado para fundamentar a recusa do patrocínio;
- b O advogado estaria proibido de patrocinar o varão empregador;
- c O advogado do varão, mesmo aceitando o patrocínio, não perde sua independência profissional;
- d Somente a alternativa II está errada, portanto é a certa.

1. Continuando com o problema, já citado, se a esposa ingressasse com uma representação disciplinar na OAB contra o advogado do varão, assinale a alternativa certa:
  - a O Conselho Federal seria o competente para punir o advogado;
  - b Caso a capitulação do art. 34 do Estatuto - “Constitui infração disciplinar:.....” em que fosse enquadrado o advogado, seja procedente, este não teria direito ao exercício do duplo grau de jurisdição no processo disciplinar;
  - c Se o advogado fosse inscrito na Seccional da Bahia, mas a infração tivesse sido cometida em Brasília, o Tribunal de Ética da Seccional do DF, é que seria o competente para julgar o infrator;
  - ( ) d) Nenhuma das três alternativas acima está correta.

As perguntas seguintes, não se referem a situação problema levantado no intróito.

1. Qual é o Órgão máximo consultivo da OAB, responda a alternativa certa:
  - a A Caixa de Assistência ;
  - b A Subseção;
  - c O Colégio de Presidentes;
  - d Todas as respostas estão certas.
1. Assinale verdadeiro (V), ou falso (F), em cada uma das alternativas abaixo, conforme o caso:

- I - processo submetido ao Tribunal de Ética referente a consulta tem relator e revisor;
- II - processo disciplinar tem duas fases, a instrutória e a de julgamento;
- III - Em cada fase acima há relatores diversos;
- IV - Presidente do Conselho Seccional é legítimo para interpor recurso em face do art. 75, do Estatuto - “Cabe recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Seccional, quando não tenham sido unânimes ou, sendo unânimes, contrariem esta Lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.”

Pergunta-se:

- (a) Todas são falsas;
- (b) Todas são verdadeiras;
- (c) Somente o item II é verdadeiro;
- (d) Somente o item IV é falso.

1. Assinale a alternativa correta:
  - (a) Cabe a Caixa de Assistência dos Advogados 80% da receita da anuidades recebidas pelo Conselho Seccional;
  - (b) É obrigatório a criação de Subseção sempre que o número de advogados da área territorial respectiva for maior que 100;
  - (c) O número de advogados para criação da Subseção é de 15 advogados nela domiciliados;

(d) A subseção não pode ter diretoria.

1. Assinale a alternativa correta:

- (a) A eleição da Diretoria do Conselho Federal, tomará posse no dia 1º de janeiro;
- (b) A OAB é subordinada ao Ministério da Justiça e por isso deve prestar contas de sua receita ao Tribunal de Contas da União;
- (c) Inexiste incompatibilidade para o diretor de Banco Privado exercer a advocacia;
- (d) Nenhuma das três alternativas acima está correta.

1. Assinale a resposta errada:

- (a) exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização;
- (b) texto do Compromisso que o requerente faz ao pleitear sua inscrição principal está transcrito no art. 20, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (c) A “Medalha Rui Barbosa” é a comenda máxima conferida pelo Conselho Federal as grandes personalidades da advocacia brasileira;
- (d) Nenhuma das três alternativas acima está correta.

### **PROCESSO CIVIL / DIREITO CIVIL**

11. Assinale os elementos integradores da norma jurídica:

- a A portaria, a resolução e a analogia.
- b O decreto regulamentar, a portaria e os princípios gerais de direito.
- c A resolução, o decreto e os costumes.
- d A resolução, o decreto e os costumes.

11. São critérios válidos para interpretação das leis, exceto:

- a A real intenção do legislador deve ser verificada;
- b A interpretação se fará restritivamente em matéria fiscal;
- c O intérprete não deve distinguir onde a lei não distingue;
- d As leis excepcionais ou especiais não devem ser interpretadas restritivamente.

11. De acordo com os princípios e preceitos do direito civil brasileiro, distinguem-se, perfeitamente, a nulidade absoluta e a nulidade relativa. Em sendo assim, é correto afirmar-se que:

- a A nulidade absoluta é alegável por qualquer interessado, ou mesmo pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, mas a anulabilidade do ato só é argüível pelos interessados;
- b O negócio jurídico anulável ou nulo não produz qualquer efeito válido.
- c A anulabilidade, diferentemente da nulidade, se mostra insuscetível de prevalecer por força do fenômeno prescricional.
- d O ato anulável pode ser pronunciado de ofício e o ato nulo pode ter sua nulidade suprida pelo juiz, se uma das partes assim postular.

11. Assinale a opção errada:

- a A regra geral é a de que o regime de bens entre cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, sendo, pois, irrevogável, salvo de houver repactuação de acordo com a livre vontade das partes perante o juiz.
- b Sob o regime de comunhão universal de bens, opera-se a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges, bem como suas dívidas passivas, com as exceções previstas em lei.
- c Declarado nulo o casamento e de nenhum efeito, contraído entre ascendentes com descendentes, seja parentesco legítimo ou ilegítimo, natural ou civil, os efeitos que se colhem são *ex nunc*.
- d Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias à filiação.

11. O possuidor de má-fé tem direito à indenização:

- a Das benfeitorias necessárias.
- b Correspondente aos frutos percebidos, inclusive os que tenham sido antecipados.
- c Correspondente aos frutos pendentes, ainda não colhidos.
- d Das benfeitorias úteis.

11. O condômino em um bem imóvel:

- a Pode, livremente, vender sua parte no condomínio sem a anuência dos mais co-proprietários.
- b Somente pode vender se for unidade autônoma em prédio de apartamentos.
- c Somente pode vender, ofertando a preferência aos demais condôminos, se o bem for economicamente indivisível.
- d Somente pode vender, quando não for prédio em apartamentos, dando preferência aos demais condôminos, se o imóvel for materialmente indivisível.

11. O devedor que não efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma convencionados, se acha em mora, conforme estabelece o art. 955 do Código Civil. Considerando-se a teoria da mora no direito civil brasileiro:

- a Apresenta-se harmônica com a norma a afirmação de que inexistente mora do credor, porque a mora *ex persona* somente se constitui quando o devedor deixa de adimplir a obrigação no tempo e condições que a lei estabelece.
- b A mora é sempre contratual.
- c A mora é sempre extracontratual.
- d Na mora *ex re*, o devedor é incurso pela simples falta de cumprimento da obrigação, positiva e líquida, independentemente de provocação do credor.

11. A *exceptio non adimpleti contractus* alicerça a tese do devedor acionado para implemento do contrato, segundo a qual:

- a O credor se furtou de cumprir a obrigação que lhe tocava.
- b Inexistente a obrigação contratual exigida .
- c Ocorreu caso fortuito.
- d Sucedeu a teoria da força maior.

11. Em decorrência de chuvas torrenciais, um comerciante se viu impedido de entregar, no

prazo, ajustado contratualmente a mercadoria vendida, causando prejuízo ao credor. Por conseguinte, o dano experimentado pelo credor:

- a Não se sujeita à reparação, haja vista que o caso fortuito exclui a relação de causalidade.
- b Deve ensejar reparação, inexistindo cláusula contratual de não indenizar.
- c Não pode ensejar reparação, posto que a cláusula contratual de não indenizar é absoluta, operando, inclusive, além do espectro obrigacional.
- d Deve provocar a reparação, eis que o caso fortuito não exclui a responsabilidade civil e a relação de causalidade.

11. Casado pelo regime de comunhão universal de bens, o *de cujus* deixou seis netos, filhos de seus filhos pré-morto - um do primeiro filho, dois do segundo filho, três do terceiro filho - além de viúva, pai e um irmão. Quem herda e como?

- a A viúva herda a metade e os netos a outra metade.
- b Herdam os seis netos em partes iguais.
- c O pai herda a metade e os netos a outra metade.
- d Herdam a viúva e o pai em partes iguais.

11. De acordo com a legislação processual civil, a ausência das condições da ação e dos pressupostos processuais

- a Pode ser reconhecida pelo juiz de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo, antes de proferida a sentença, não se verificando, na hipótese, a preclusão.
- b Somente pode ser reconhecida mediante iniciativa da parte.
- c Não pode ser examinada após o saneador.
- d Deve necessariamente ser decidida no despacho que determina a citação.

11. O princípio *ne procedat iudex ex officio* significa dizer que

- a O juiz é impedido de conhecer das condições da ação, sem provocação da parte.
- b Os pressupostos processuais devem ser, sempre, argüidos pelos interessados.
- c O juiz prestará a tutela jurisdicional quando provocado pela parte ou o interessado, podendo, contudo, acioná-la excepcionalmente, segundo a lei.
- d O juiz não deve declarar, de ofício, a incompetência absoluta.

11. Segundo o Código de Processo Civil vigente,

- a Não se suspende o processo pela perda de capacidade processual de qualquer das partes.
- b O processo somente se desenvolve por iniciativa oficial.
- c A alteração da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após a citação.
- d É nulo o processo quando, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público, este, intimado, não comparecer à audiência.

11. Assinale a afirmativa correta:

- a Existe litisconsórcio necessário quando duas ou mais pessoas litigam, ativa ou passivamente, no mesmo processo.
- b A assistência litisconsorcial ocorre quando a sentença influi na relação jurídica entre o assistente e o adversário da parte assistida.

- c O litisconsórcio é modalidade de intervenção de terceiros.
- d A denunciação da lide é obrigatória àquele que detiver a coisa em nome alheio.

11. Assinale a letra indicativa da proposição que mais se conforme com o que, a respeito, dispõe o Código de Processo Civil:

- a Dá-se conflito de competência quando dois ou mais juízes se consideram competentes ou incompetentes para a mesma causa, podendo o conflito ser suscitado somente pelas partes.
- b Dá-se conflito de competência, também, quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos - podendo o incidente ser suscitado pelo órgão do Ministério Público.
- c Dá-se conflito de competência, apenas e tão-somente, quando dois juízes se consideram competentes ou incompetentes para a mesma causa - podendo o incidente ser suscitado pelo órgão do Ministério Público, desde que sua atuação, no caso, se dê na qualidade de parte.
- d Dá-se conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram competentes para a mesma causa e nunca o incidente pode ser suscitado pelo órgão do Ministério Público.

11. Assinale a alternativa correta:

- a Quando em duas ou mais ações o objeto e a causa de pedir forem comuns, ocorre a conexão.
- b Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes ou à causa de pedir, mais o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- c A conexão ou a continência determina a distribuição por dependência.
- d Sem requerimento das partes, o juiz não pode ordenar a reunião de ações conexas propostas em separado.

11. A relação processual completa-se em um dos seguintes momentos:

- a Com a propositura da ação pelo autor.
- b Com o primeiro despacho do órgão julgador.
- c Com a citação válida do réu.
- d Com a prolação do despacho saneador.

11. Nos termos do Código do Processo Civil, o pedido

- a Deve ser sempre certo ou determinado.
- b Quando a condenação depender de ato do réu, pode ser genérico.
- c Do autor, nas ações declaratórias, deverá conter a cominação de pena pecuniária.
- d Pode ser cumulativo, num único processo, contra o mesmo réu, constando de vários pedidos, se estes forem compatíveis entre si.

11. A sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito

- a Não faz coisa julgada.
- b Produz somente preclusão.
- c Faz coisa julgada material.
- d Faz coisa julgada formal.

11. Os pressupostos de concessão da tutela acautelatória e as características desta são
- a O *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a provisoriedade e a inexistência de coisa julgada formal.
  - b O *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a sumariedade formal, a aparência do direito, a provisoriedade e a inexistência de coisa julgada formal.
  - c A urgência, o *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a preventividade da tutela, a sumariedade formal e material, a provisoriedade, a temporariedade e a inexistência de coisa julgada material.
  - d A urgência, a aparência de direito, a preventividade da tutela, a sumariedade formal e material, a provisoriedade, a temporariedade e a inexistência de coisa julgada material.

### **DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL**

31. Avalie as proposições que se seguem e, logo após, assinale a seqüência **correta**.

I - Em matéria de Direito Penal, a lei posterior mais severa é irretroativa; a posterior mais benéfica é retroativa; a anterior mais benéfica é ultra-ativa.

II - O princípio da “insignificância”, ligado aos chamados “crimes de bagatela” ou “delitos de lesão mínima”, recomenda que o Direito Penal somente intervenha nos casos de lesão jurídica de certa gravidade, reconhecendo a atipicidade do fato nas hipóteses de perturbação jurídica mínima ou de menor gravidade.

III - O princípio da “lesividade” importa em que o Direito Penal somente deve atuar quando a conduta do agente lesiona um bem jurídico relevante, sendo suficiente, em tais casos, que a conduta seja imoral ou desvestida da ética social.

IV - O princípio da “proibição do excesso”, também chamado de princípio da “proporcionalidade da pena”, determina que a pena não pode ser superior ao grau de responsabilidade pela prática do fato, devendo a reprimenda penal ser medida pela culpabilidade do autor; vale dizer, pois, que a culpabilidade é a medida da pena.

- a F - V - F - V
- b V - F - V - F
- c V - V - F - V
- d Nenhuma das seqüências anteriores está correta.

32. Mévio e sua família, em um domingo pela manhã, dirigiram-se para um churrasco na casa de amigos no Lago Sul. Mévio preparava o fogo para o churrasco, quando, agindo sem as devidas cautelas, a garrafa de álcool escorregou de sua mão, caindo o líquido sobre o carvão em brasa, vindo a causar graves queimaduras em sua esposa e filho que, em decorrência, vieram a falecer.

Considerando a situação proposta, assinale a alternativa **correta**.

- a Mévio responderá por homicídio culposo, sendo que o juiz poderá deixar de aplicar pena, concedendo-lhe o perdão judicial, tendo em vista que a infração o atingiu de forma tão grave que a sanção penal torna-se desnecessária.
- b Mévio responderá pelo crime de homicídio culposo, sendo que o juiz deverá aplicar a pena prevista em abstrato no seu grau mínimo, tendo em vista que a hipótese está



prevista nas circunstâncias atenuantes da pena.

- c Mévio não responderá por crime algum por atipicidade da conduta por ele praticada.
- d Mévio responderá pelo crime de homicídio culposo e terá a pena aumentada, tendo em vista que causou a morte de seu descendente e de seu cônjuge - circunstâncias agravantes, nos termos do Código Penal.

33. Avalie as proposições que se seguem e, após, marque a alternativa **correta**.

I - Para efeitos de medida de segurança não se computa o tempo de prisão provisória, considerando que medida de segurança não é pena.

II - As penas alternativas são autônomas e não acessórias. Mas a autoridade judicial deve, em primeiro lugar, fixar a pena privativa de liberdade para, só depois e se for o caso, substituí-la por uma ou mais penas alternativas.

III - As penas alternativas são substitutivas, sendo que, se presentes as condições de sua admissibilidade, a autoridade judicial tem o dever e não a faculdade da substituição, pois se trata de direito subjetivo do réu.

IV - As penas restritivas de direitos são cumulativas e, portanto, podem ser aplicadas em conjunto com a pena privativa de liberdade.

- a Apenas uma das proposições está correta.
- b Apenas duas das proposições estão corretas.
- c Apenas três das proposições estão corretas.
- d Todas as proposições estão corretas.

34. Avalie as proposições sobre a “*abolitio criminis*” e, após, marque a seqüência **correta**.

I - A lei nova discriminante, atuando retroativamente, exclui todos os efeitos jurídico-penais da conduta antes considerada infração.

II - Diante de lei nova discriminante, se a ação penal está em andamento, deve ser decretada a extinção da punibilidade, pois houve extinção legal do direito de punir do Estado.

III - Se o condenado estiver cumprindo pena, com sentença trânsita em julgado, deverá ser solto diante da nova lei que descriminalize a conduta pela qual foi condenado. A decisão, nesse caso, incumbe ao juízo da execução penal.

IV - A obrigação civil de reparar o dano causado pelo delito não fica excluída diante da “nova lei discriminante”.

- a F - F - V - V
- b F - V - V - F
- c V - F - F - F
- d V - V - V - V

35. Avalie as afirmativas que se seguem, relativas ao crime de estupro e, após, marque a seqüência **correta**.

- I - O sujeito ativo do crime somente pode ser do sexo masculino.  
II - É admissível a participação ou co-autoria de terceiro.  
III - O sujeito passivo somente pode ser do sexo feminino, não importando seja a mulher virgem ou não.  
IV - Se a vítima do estupro contrair casamento com terceiro, automaticamente extinguir-se-á a punibilidade do agente.
- a V - F - V - V  
b V - V - F - F  
c V - V - V - F  
d Nenhuma das seqüências está correta.

36. Avalie as seguintes proposições e marque a alternativa **incorreta**:

- (a) No crime de roubo a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.  
(b) No roubo próprio o agente subtrai coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.  
(c) A distinção entre roubo próprio e impróprio reside no momento em que o sujeito emprega a violência ou grave ameaça contra a pessoa. Quando isso ocorre para a subtração do bem, há roubo impróprio. Quando o emprego da violência visa a assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa, há roubo próprio.  
(d) No roubo a violência é praticada contra a pessoa; no furto, contra a coisa.

37. Analise as proposições que se seguem com referência ao arquivamento do inquérito policial, para, logo após, assinalar a alternativa **correta**.

- I - Arquivado o inquérito policial, por despacho da autoridade judicial, a requerimento do órgão do Ministério Público, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.  
II - O despacho judicial que determina o arquivamento do inquérito policial faz coisa julgada formal e material, enquanto não estiver extinta a punibilidade.  
III - Para admissibilidade do pedido de desarquivamento de inquérito policial, é necessária a presença de novas provas, substancialmente inovadoras, de tal sorte que possam trazer alteração ao conjunto probatório em que foi acolhido pela autoridade judicial o pedido de arquivamento do Promotor de Justiça.  
IV - Do despacho judicial que determina o arquivamento de inquérito policial não cabe recurso qualquer, salvo o de “*habeas corpus*”.

- a Apenas uma das proposições está correta.  
b Apenas duas das proposições estão corretas.  
c Apenas três das proposições estão corretas.  
d Todas as proposições estão corretas.

38. É competente para julgar e processar o crime de estelionato sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, o foro:

- a Do lugar em que emitido o cheque, uma vez que consumada está a infração.  
b Do local em que praticado o último ato executório do agente que emitiu o cheque.  
c Do local em que assinado o cheque, já que se trata de crime de mera conduta.

( ) d) Do local em que seu deu a recusa do pagamento do cheque.

38. A sentença concessiva do perdão judicial é:

- a Declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- b Absolutória, pois não subsistem os efeitos condenatórios.
- c Declaratória da extinção da punibilidade, mas subsistem os efeitos da anterior condenação.
- d Condenatória, sem aplicação de pena em face do perdão concedido.

40. Analise a situação exposta e, a seguir, indique a afirmação **correta**.

Prolatada sentença condenatória, verifica o advogado do condenado que de parte da decisão caberia recurso de apelação, e, de outra parte, caberia recurso em sentido estrito. Nessa situação deve o advogado interpor:

- a Apelação da parte em que ela é cabível e recurso em sentido estrito da outra parte.
- b Apenas recurso em sentido estrito, porque ele admite o juízo de retratação da decisão.
- c Apenas apelação.
- d Embargos de declaração, para que o juiz esclareça a situação de ambigüidade.

41. Avalie as proposições que se seguem e, após, marque a alternativa **correta**.

I - No Processo Penal admite-se a fungibilidade recursal, desde que o recurso errôneo seja interposto no prazo do que cabível e não se considere que tenha ocorrido má-fé ou erro grosseiro do recorrente.

II - Na hipótese de concurso de agentes, o recurso interposto por um dos acusados, se lhe for favorável e se houver sido embasado em motivos que não tenham sido de índole exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais, mesmo que estes não tenham recorrido.

III - Se houver empate no julgamento do recurso do acusado, o Presidente do Tribunal, da Seção ou da Turma que não tiver tomado parte na votação, proferirá o voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao réu recorrente.

IV - No recurso de apelação, pode o advogado do apelante declarar, na petição ou termo, que irá apresentar suas razões no Tribunal “*ad quem*”.

- a Apenas as proposições “I”, “II” e “IV” estão corretas.
- b Apenas as proposições “II”, “III” e “IV” estão corretas.
- c Apenas as proposições “I” e “III” estão corretas.
- d Todas as proposições estão corretas.

42. Avalie as proposições que se seguem para, logo após, marcar a alternativa **correta**.

I - O protesto por novo júri é recurso privativo da defesa e invalidará qualquer outro recurso interposto.

II - No julgamento de uma apelação poderá o Tribunal proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar a realização de diligências que se façam necessárias.

III - Ante recurso exclusivo da defesa, não poderá o Tribunal agravar a situação do recorrente.

IV - A revisão criminal dos processos findos destina-se a proclamar a inocência do condenado, não alcançando, porém, os casos em que se busca mera diminuição de

pena.

- a Apenas uma das proposições está correta.
- b Apenas duas das proposições estão corretas.
- c Apenas três das proposições estão corretas.
- d Todas as proposições estão incorretas.

43. Avalie as proposições que se seguem e, após, marque a alternativa **correta**.

- I - Os crimes contra a honra são sempre processados via de ação penal privada.
- II - Os crimes contra os costumes são, via de regra, de ação penal pública.
- III - A Constituição Federal, o Código Penal e o Código de Processo Penal admitem a ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- IV - A ação penal, nas contravenções, pode ser iniciada por Portaria da autoridade policial ou judicial.

- a Apenas as afirmativas “I” e “III” estão corretas.
- b Apenas as afirmativas “I”, “II” e “III” estão corretas.
- c Apenas a afirmativa “III” está correta.
- d Nenhuma das afirmativas está correta.

44. Logo abaixo, você terá várias definições de crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. A seguir, os tipos penais a que se referem. Coloque os incisos das definições nos correspondentes parênteses que se encontram nos tipos penais e, após, marque a seqüência **correta**:

- I - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- II - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- IV - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

- ( ) Concussão
- ( ) Prevaricação
- ( ) Advocacia administrativa
- ( ) Peculato

**Seqüências:**

- (a) I, III, IV, II
- (b) II, III, IV, I
- (c) II, IV, III, I
- (d) III, I, II, IV

45. Analise as proposições que se seguem e, após, assinale a alternativa **correta**.

- I - Ocorre concurso material de crimes, quando o agente, mediante mais de uma ação

ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

II - No concurso material de crimes as penas são cumuladas.

III - Ocorre concurso formal, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes.

IV - No concurso formal de crimes as penas são aplicadas cumulativamente.

(a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

(b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

(c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

( ) d) Todas as afirmativas estão corretas.

46. Tércia foi denunciada por crime de roubo qualificado, a que está cominada pena de reclusão. A ação penal, pois, segue o procedimento ou rito comum ou ordinário do juiz singular. O advogado por ela contratado para defendê-la entende que a denúncia contém inverdades e que, também, ocorreram irregularidades no curso da instrução criminal.

Neste contexto, pergunta-se: **a última oportunidade processual para argüir essas teses defensivas ou vícios do processo, na ação penal, será:**

(a) nas alegações finais escritas, previstas no artigo 500 do CPP.

(b) tão logo as irregularidades ocorram.

(c) na fase das diligências do artigo 499 do CPP.

(d) nas razões de apelação.

47. O prazo prescricional é interrompido:

(a) pelo despacho judicial que rejeita a denúncia ou a queixa.

(b) pela sentença absolutória.

(c) pela decisão judicial que determina o desarquivamento do inquérito policial.

(d) todas as alternativas estão incorretas.

48. Avalie as proposições que se seguem e, após, marque a alternativa **correta**.

I - Tratando-se da ação penal de exclusiva iniciativa privada, deixando o querelante de prosseguir no feito, ou de interpor recurso, não poderá o Ministério Público suprir-lhe a falta, em face do princípio da disponibilidade.

II - Se o advogado do querelante deixar de requerer ou de pedir a condenação do querelado nas alegações finais, a ação penal privada será atingida pela decadência.

III - Tratando-se de ação penal privada personalíssima e falecendo o querelante no curso da ação penal, poderá, nessa hipótese, ser ele substituído por seus ascendentes ou por seus descendentes.

IV - Nos casos em que a lei penal estabelece que o crime é de ação penal de exclusiva iniciativa privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a

requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

- (a) apenas duas alternativas estão corretas.
- (b) apenas três alternativas estão corretas.
- (c) todas as alternativas estão corretas.
- (d) todas as alternativas estão incorretas.

49. Assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) Só se admite assistência da acusação nas ações penais públicas.
- (b) assistente da acusação poderá ingressar no feito desde a fase inquisitorial.
- (c) A decisão judicial que admitir ou inadmitir a intervenção da assistência da acusação deve ser fundamentada e não admite recurso.
- (d) No procedimento do Júri Popular o assistente da acusação pode aditar o libelo.

50. Analise as proposições seguintes e, após, marque a alternativa **correta**.

I - A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal.

II - O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

III - A apresentação espontânea do acusado à autoridade não impedirá a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei autoriza.

IV - O despacho policial que decretar ou denegar a prisão preventiva deverá ser sempre fundamentado.

- (a) apenas duas alternativa estão corretas.
- (b) apenas três alternativas estão corretas.
- (c) todas as alternativas estão corretas.
- (d) todas as alternativas estão incorretas.

## **DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO**

51. Para fins de interposição de recurso de revista, art. 896, da CLT, de natureza extraordinária, considera-se satisfeito o requisito do prequestionamento quando a questão suscitada:

- a) tiver sido versada nas razões do recurso;
- b) tiver sido suscitada em embargos declaratórios;
- c) tiver sido objeto de pronunciamento explícito na decisão recorrida;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

51. Em dada ação trabalhista, o Autor formulou pedidos cumulativos. Essa demanda foi julgada procedente, pronunciando-se a sentença sobre todos os itens do petitório, explicitamente. A parte vencida recorreu. O Tribunal Regional do Trabalho negou provimento ao apelo, mas o acórdão lavrado não tratou, explicitamente, de uma das questões suscitadas pelo recorrente, embora tenha sido claro em manter a condenação. Se a parte não se conformar com esse tópico da decisão, deverá:

- a) interpor recurso de revista, discutindo o mérito respectivo;
- b) interpor recurso de revista, arguindo nulidade do acórdão por omissão;

c interpor recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, alegando ofensa ao art. 93, IX, da

Constituição, pois qualquer decisão deve ser fundamentada;

d opor embargos de declaração, pedindo pronunciamento explícito sobre a matéria;

51. Na execução de sentença, no processo trabalhista, o recurso de revista:

a é cabível se a decisão proferida estiver em divergência com enunciado da Súmula da jurisprudência

do Tribunal Superior do Trabalho;

b só é cabível se a decisão proferida ofender a coisa julgada;

c é cabível se a decisão proferida ofender disposição constitucional;

d nenhuma das alternativas é correta.

51. O recurso de revista por divergência jurisprudencial relativa à interpretação de regulamento de empresa:

a é cabível se o regulamento for de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal prolator do acórdão;

b é cabível, apenas, se o regulamento for de aplicação obrigatória em todo o território nacional;

c é cabível, apenas, se o regulamento for de observância obrigatória em mais de duas unidades da federação;

d nenhuma das alternativas é correta.

51. Qual o recurso cabível de decisão da Seção de Dissídios Coletivos do TST proferida no julgamento de processo de dissídio coletivo de sua competência originária?

a Embargos infringentes para a própria Seção de Dissídios Coletivos, na parte em que a decisão haja

sido tomada por maioria de votos;

b Embargos infringentes para a própria Seção de Dissídios Coletivos, independentemente de ter sido a

decisão tomada por maioria ou não;

c Embargos infringentes para o Tribunal Pleno, na parte em que a decisão tenha sido tomada por

maioria;

( ) d) Embargos infringentes para o Tribunal Pleno, independentemente de ter sido a decisão tomada por

maioria ou não;

51. Declarada não abusiva uma greve, por sentença normativa que não tratou do pagamento dos salários relativos ao período da paralisação, estes:

a não são devidos porque a greve suspende os contratos de trabalho;

b são devidos porque, sendo a greve um direito dos trabalhadores, não podem estes sofrer punição pelo

seu exercício;

c são devidos porque a greve, apenas, interrompe os contratos;

d devem ser compensados com a prestação de serviços extraordinários para a reposição

do trabalho  
relativo ao tempo de greve;

51. A greve em atividade essencial:

- a pode ser deflagrada da mesma forma que em qualquer outra atividade;
- b não pode ser deflagrada enquanto não for expedida legislação que regulamente a greve em atividades essenciais;
- c pode ser deflagrada, ficando sob exclusiva responsabilidade dos trabalhadores o atendimento às necessidades inadiáveis da coletividade;
- ( ) d) nenhuma das alternativas é correta.

51. As decisões interlocutórias, em geral, no processo do trabalho:

- a podem ser atacadas por meio de agravo retido;
- b podem ser atacadas por meio de agravo de instrumento;
- c só podem ser atacadas no recurso interposto da decisão definitiva;
- d são irrecuráveis;

51. O prazo estipulado em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, para sua vigência, não pode ser:

- a superior a 1 (um) ano;
- b inferior a 1 (um) ano;
- c superior a 2 (dois) anos;
- d superior a 4 (quatro) anos;

51. A revisão das condições de trabalho estabelecidas em sentença normativa:

- a não é cabível antes de decorrido mais de um ano de sua vigência;
- b só é cabível após decorridos mais de dois anos de sua vigência;
- c é cabível sempre que se tiverem modificadas as circunstâncias que as determinaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis;
- d é incabível por tratar-se de coisa julgada;

51. Dada empresa integrou-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, previsto na Lei 6.321, de 14/04/76 e, em decorrência, passou a fornecer, habitualmente, a seus empregados de baixa renda refeições diárias. Todavia, não integrou o valor dessa utilidade aos salários para fins de pagamento de férias, gratificações natalinas, recolhimento de depósitos do FGTS e contribuições previdenciárias. Esse comportamento:

- a contraria o art. 458, da CLT, que diz compreender-se no salário, além do pagamento em dinheiro, a alimentação fornecida habitualmente ao empregado;
- b contraria o art. 9º, da CLT, que diz serem nulos os atos praticados com objetivo de desvirtuar,



- impedir ou fraudar a aplicação dos seus preceitos;
- c não prevalece porque apenas beneficia trabalhadores de baixa renda, discriminando os demais;
  - d está de acordo com a citada Lei 6.231/76,
51. Durante cinco anos consecutivos, certo trabalhador prestou serviços em contato permanente com inflamáveis e, em razão disso, percebeu um adicional de 30% sobre o salário. Após esse tempo, com sua concordância manifestada por escrito, foi removido pelo empregador para outro local, passando a trabalhar em escritório, não mais sob condições perigosas. O empregador suprimiu, então, o adicional de periculosidade. Esse comportamento:
- a infringiu o art. 458, da CLT, que diz serem ilícitas as alterações do contrato de emprego prejudiciais a
    - ao trabalhador, mesmo com seu consentimento;
  - b foi lícito porque importou em mudança de cargo efetivo;
  - c foi lícito porque cessada a causa do adicional, cessa o efeito;
  - d permite a retirada do adicional, mas não a sua desconsideração para efeito de cálculo de outros créditos trabalhistas;
51. Citado para os termos de uma ação trabalhista, o empregador individual reconhece parte da pretensão mas quer compensar dívidas, pois o empregado reclamante era seu devedor em razão da compra de um imóvel. Essa compensação:
- a é possível por aplicação do Código Civil;
  - b é possível até o valor de um salário do empregado;
  - c não é possível por ser inadmissível a compensação de dívidas que não tenham natureza trabalhista;
  - ( ) d) nenhuma das alternativas é correta
51. A reconsideração do aviso-prévio será eficaz:
- a se a outra parte aceitá-la;
  - b se o motivo for justo;
  - c se for proposta pelo empregador;
  - d se for proposta pelo empregado;
51. Assinale a alternativa correta:  
Acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho:
- a têm a eficácia subordinada à sua homologação pela Justiça do Trabalho;
  - b são requisitos *sine qua non* ao ajuizamento do dissídio coletivo;
  - c são institutos que alcançam os integrantes das categorias profissional e econômica neles referidas;
  - d nenhuma das alternativas é correta.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

66. O artigo 37, caput, da Constituição Brasileira, reporta de modo expreso à Administração Pública(direta e indireta) cinco princípios, a saber: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência(estes últimos acrescentados pela Emenda constitucional 19/98).

A par disso, assinale a conceituação sobre o princípio da publicidade:

- (a) é o princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo.
- (b) de acordo com ele, a administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos.
- (c) nele se traduz a idéia de que a administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas.
- (d) consagra-se no dever do administrador de manter plena transparência em seus comportamentos.

66. Com base no princípio Constitucional de que “é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários”, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) a de dois cargos de professor;
- (b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- (c) a de dois cargos privativos de médico;
- (d) a de um cargo de magistrado com o de outro do poder executivo.

68. A investidura em cargo público, de acordo com a Lei Federal 8.112, de 11.12.90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, ocorrerá com:

- (a) a nomeação;
- (b) a posse;
- (c) a publicação do ato de nomeação;
- (d) início do exercício.

68. Assinale a alternativa **correta** sobre o prazo de validade de concurso público.

- (a) 2(dois) anos;
- (b) 2(dois) anos prorrogável uma única vez por igual período;
- (c) 30(trinta) dias;
- (d) 1(um) ano.

68. Assinale a alternativa **incorreta**:

- ( ) a) o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;
- ( ) b) são estáveis após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- ( ) c) o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2(dois) anos de efetivo exercício;
- ( ) d) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

69. Conforme estatuído na Lei 8.112/90, a responsabilidade civil do servidor público decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. Com base nesse princípio, a mesma lei impõe critérios de reparação, pelo servidor. Dentre os abaixo elencados, assinale aquele que não corresponde ao mesmo princípio.

- (a) A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidado na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.
- (b) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- (c) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

68. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador Geral da República

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior

III - pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação

Diante de tais assertivas, assinale a penalidade correspondente a do item I.

- (a) quando se tratar de suspensão superior a 30(trinta) dias
- (b) quando se tratar de destituição de cargo em comissão
- (c) quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade.
- (d) quando se tratar de advertência ou de suspensão de até 30(trinta) dias.

68. A teor da Lei 8.112/90, o servidor público está sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência

II - suspensão

III - demissão

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade

V - destituição de cargo em comissão

VI - destituição de função comissionada

Face a definição da lei, assinale a alternativa **correta**:

- (a) na aplicação de qualquer das penalidades há necessidade de apuração através de procedimento disciplinar, assegurada a ampla defesa
- (b) apenas as dos itens I, II e III são precedidas de apuração da infração mediante processo disciplinar

- (c) em nenhuma hipótese, para aplicação das penalidades previstas nos itens I e II, há necessidade de instauração de procedimento administrativo
- (d) somente no caso do item III é exigido o procedimento disciplinar

74. No Direito Administrativo brasileiro, a possibilidade de imediata e direta execução de certos atos administrativos, pela própria administração, independentemente de ordem judicial, é chamada de:

- ( ) a) perfeição
- ( ) b) auto-executoriedade
- ( ) c) eficácia
- ( ) d) exigibilidade

75. Face o princípio de que a autoridade julgadora proferirá sua decisão no Processo Disciplinar no prazo de 20 (vinte) dias contados de seu recebimento, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo;
- (b) havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave;
- (c) se a penalidade prevista fora a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 141;
- (d) reconhecida pela comissão a inocência do servidor a autoridade instauradora do processo absolverá o indiciado.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

76. De acordo com o Código Tributário Nacional, um decreto pode estabelecer:

- a A definição do fato gerador da obrigação tributária acessória, nos limites da lei;
- b A criação do Imposto sobre a Importação - II;
- c A redução da alíquota do Imposto Territorial Rural - ITR;
- d Hipóteses de anistia.

76. Com relação ao Fundo de Participação dos Municípios, é correto afirmar:

- a É constituído pelo produto da arrecadação do Imposto da União sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte pelos Municípios, suas Fundações e Autarquias;
- b É constituído por 22,5% do produto de arrecadação do IR e da IPI;
- c É constituído por 10% do Produto da Arrecadação do IPI;
- d É constituído por 25% do Produto da arrecadação do ICMS.

76. Assinale a opção correta:

- a O IPVA não incide sobre os veículos pertencentes ao Município de Cajazeiras-PB em virtude de isenção;
- b O IPTU não incide sobre os terrenos urbanos pertencentes à Fundação Universidade de Brasília, não aplicados em suas finalidades essenciais, em virtude de imunidade;
- c O IPVA não incide sobre as ambulâncias pertencentes à Fundação Hospitalar do

Distrito Federal em virtude de imunidade;

- d Os templos de qualquer culto não pagam impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados a suas finalidades essenciais em virtude de isenção.

76. O Princípio da Anterioridade se aplica:

- a Ao Imposto sobre a Importação -II;
- b Ao Imposto sobre Produtos Industrializados -IPI;
- c Ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários -IOF;
- d Taxa de Limpeza Pública -TLP.

76. De acordo com a doutrina, os impostos cujas alíquotas variam conforme também varie a base de cálculo são chamados de progressivos. Entretanto, a Constituição Federal, levando em conta o caráter de extra fiscalidade que possuem, determina que dois impostos, que não seguem rigorosamente o conceito acima, sejam progressivos. São eles:

- a O IPTU e o ITR;
- b O ICMS e o IPI;
- c O IPVA e o IPTU;
- d O ITBI e o ITCMD.

76. De acordo com o Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a Suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- b Extinção do crédito tributário;
- c Prescrição;
- d Dispensa do cumprimento de obrigação tributária principal.

76. Levando em conta a hierarquia das leis, o Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal como:

- a Lei Ordinária;
- b Lei Complementar;
- c Emenda Constitucional;
- d Decreto Legislativo.

76. SOBREVIVENTIS DO FISCUM, ESPECULADORIUM E COITADUS adquiriram um imóvel residencial na QL 8 do Lago Sul de Brasília-DF, caracterizando-se, como pessoas que têm interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária principal, que é pagar o IPTU. Diante disto, é correto afirmar:

- a Podem alegar benefícios de ordem;
- b São todos obrigados: um como devedor principal e os outros como devedores subsidiários;
- c São solidariamente obrigados;
- d São subsidiariamente obrigados.

76. O crédito tributário decorre:

- a Do lançamento tributário;
- b Do fato gerador;
- c Da fiscalização tributária;
- d Da obrigação tributária principal.

76. A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa tributária regularmente inscrita:

- a) *é juris tantum*;
- b) *é jus et de jure*;
- c) *é absoluta*;
- d) não pode ser elidida por qualquer espécie de prova.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

86. A utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar é disposta em:

- a) lei ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- b) lei complementar da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- c) lei ordinária federal;
- d) decreto do Governador do Distrito Federal.

87. Se for criado um Território, com mais de cem mil habitantes, a Constituição Federal prevê que:

- (a) seu órgão judiciário de segunda instância será o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- (b) seu órgão judiciário de segunda instância será aquele criado para o próprio Território;
- (c) ele não poderá ser dividido em município;
- (d) seu Governador será nomeado pelo Presidente da República, mediante prévia aprovação da Câmara dos Deputados.

86. Não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, lei do Distrito Federal que institui imposto sobre:

- (a) propriedade territorial urbana (IPTU);
- (b) propriedade de veículos automotores (IPVA);
- (c) transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos;
- (d) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicações.

86. Veto presidencial a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional não será mantido, se rejeitado pela:

- a) maioria simples dos Deputados e dos Senadores;
- b) maioria absoluta dos Deputados;
- c) maioria absoluta dos Senadores;
- d) maioria absoluta dos Deputados e dos Senadores.

87. Vereador de Capital de Estado-membro, cujo Governador é seu pai, pode se candidatar, no âmbito daquele Estado-membro, a:

- a) Deputado Federal;
- b) Deputado Estadual;
- c) Reeleição;
- d) Governador.

88. Brasileiro naturalizado não pode ser:

- a) Procurador-Geral da República;
- b) Senador;
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- d) Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

89. Estado-membro não pode legislar sobre:

- a) relações de consumo;
- b) meio ambiente;
- c) procedimento em matéria processual;
- d) processo.

90. É tributo municipal o imposto sobre:

- a) transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos;
- b) doação de quaisquer bens ou direitos;
- c) propriedade territorial rural;
- d) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

91. Ex-Prefeito municipal, denunciado por homicídio qualificado, que teria ocorrido quando era Prefeito, é julgado pelo:

- a) Tribunal de Justiça;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Juiz de Direito da Comarca a que pertence o Município onde ocorreu o fato;
- d) Tribunal do Júri da Comarca a que pertence o Município onde ocorreu o fato.

92. Na composição efetiva de Tribunal Regional Eleitoral, há:

- a) dois juízes federais;
- b) dois desembargadores;
- c) três juízes de direito;
- d) três advogados.

93. No âmbito legislativo, a aprovação de lei complementar depende do voto da maioria:

- a) simples;
- b) absoluta;
- c) de 3/5 (três quintos);
- d) de 2/3 (dois terços).

94. A aprovação das contas anuais prestadas pelo Presidente da República compete:

- a) ao Tribunal de Contas da União;
- b) à Câmara dos Deputados;
- c) ao Senado Federal;
- d) ao Congresso Nacional.

95. Tratando-se de tribunais de contas, pode-se afirmar que:

- a) o número de Ministros do Tribunal de Contas da União é de sete;
- b) em sua composição, há membros oriundos do quadro de auditores, mas não do Ministério Público;
- c) não é possível a existência de Tribunal de Contas dos Municípios;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

96. Tratando-se de Comissões Parlamentares de Inquérito, a Constituição Federal dispõe que elas:

- (a) podem ser criadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em conjunto;
- (b) podem ser criadas mediante requerimento de 1/5 (um quinto) dos membros de cada Casa;
- (c) formulam conclusões com força de sentença judicial, porque têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais;
- (d) não podem ser criadas por uma das Casas, separadamente.

86. A Constituição Federal não pode ser emendada, quando:

- a) na mesma legislatura, a mesma proposta de emenda já tiver sido rejeitada;
- b) algum Estado-membro estiver sob intervenção;
- c) algum município estiver sob intervenção;
- d) declarado estado de emergência, por calamidade pública.



GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO II EXAME DE ORDEM DE 2001

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	D
3	D
4	B
5	C
6	<u>ANULADA</u>
7	B
8	C
9	D
10	D
11	D
12	D
13	A
14	<u>ANULADA</u>
15	A
16	D
17	D
18	A
19	A
20	B
21	A
22	C
23	B
24	B
25	B
26	C
27	C
28	D
29	D
30	D
31	C
32	A
33	B

QUESTÃO	RESPOSTA
51	1.1.1 C
52	D
53	C
54	A
55	A
56	A
57	D
58	<u>ANULADA</u>
59	<b>C</b>
60	C
61	<b>ANULADA</b>
62	C
63	C
64	A
65	C
66	D
67	D
68	B
69	B
70	C
71	C
72	C
73	A
74	B
75	D
76	A
77	B
78	C
79	D
80	A
81	A
82	B
83	C

<b>34</b>	D
<b>35</b>	C
<b>36</b>	C
<b>37</b>	B
<b>38</b>	D
<b>39</b>	A
<b>40</b>	C
<b>41</b>	D
<b>42</b>	C
<b>43</b>	C
<b>44</b>	B
<b>45</b>	A
<b>46</b>	A
<b>47</b>	D
<b>48</b>	A
<b>49</b>	B
<b>50</b>	B

<b>84</b>	D
<b>85</b>	A
<b>86</b>	C
<b>87</b>	B
<b>88</b>	A
<b>89</b>	D
<b>90</b>	C
<b>91</b>	C
<b>92</b>	D
<b>93</b>	D
<b>94</b>	D
<b>95</b>	B
<b>96</b>	B
<b>97</b>	D
<b>98</b>	D
<b>99</b>	A
<b>100</b>	B